

com base nos elementos fornecidos pelos Serviços Técnicos da Câmara. Disse que dos quatrocentos e oitenta e dois mil contos que o Plano prevê, talvez se consiga para o concelho apenas cento e vinte mil contos. O sr. José Alberto pediu para interromperem os esclarecimentos do sr. Serra, pois como já se havia dito várias vezes este Plano era simplesmente um plano de intenções e por isso não podiamos estar aqui a perder tempo. Perguntou também se o Plano já tinha sido ou não aprovado pela Câmara. O sr. Serra informou que foi feito no dia em que se havia aprovado em vinte seis de Fevereiro, mas que só na próxima Quarta-feira seria discutido na Assembleia Municipal. O presidente da Mesa pediu que os membros dos partidos que pertencem a esta Assembleia falassem juntos dos vereadores da Câmara e dos membros da Assembleia Municipal de modo a que seja alterado este Plano e para que sejam defendidos os legítimos interesses do povo da Aafanha e do povo de Ilhavo. De não haver mais nada a tratar, encerrou-se a reunião de que se fizeram a presente acta que vai ser assinada, depois de lida em voz alta.

Presidente: Deando Bastos de Figueiredo

1º Secretário: José Lamas

2º Secretário: Fernando Dias Vaz

Acta número cinco

dos dezasseis de Março de mil, novecentos e oitenta, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de freguesia da Aafanha da Ribeira na sede da Junta de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: discussão de interesse para a freguesia. Fez-se a chamada, tendo-se verificado as seguintes faltas: Joaquim Dias Santiago e Manuel Gonçalves Cacador. O sr. Octávio Coopas Moura pediu para sair por cinco minutos. Antes da ordem do dia apenas usou da palavra o sr. José Alberto para perguntar pelas respostas às perguntas que fez há muito tempo à Junta de Freguesia. O sr. Presidente da Mesa refletiu que a CMT respondesse ao Presidente da Assembleia de Freguesia, dizendo que o ofício a pedir mais salas de aula para a Aafanha foi remetido para a Direcção Geral das Construções Escolares, organismo competente para dar a resposta. Então perguntou-se, porque razão a CMT se dispõe a gastar seis mil contos na construção da escola número um da Vila de Ilhavo?

O sr. Presidente pediu que este assunto fosse posto pelo Presidente da Junta e pelo sr. Plínio na Assembleia Municipal. O sr. José Alberto usou da palavra para fazer uma análise sobre os diversos pontos do Plano de Actividades da CMT para o biénio de oitenta/eitenta e um, em que se prova que se trata dum plano contra as Aafanhais e que quem só Ilhavo é beneficiado. O Plano é uma utopia do princípio ao fim. O sr. Artur Bastos perguntou ao sr. Presidente da Junta se a Junta tinha sido ouvida para a elaboração do Plano de Actividades da CMT.

O sr. Presidente da Junta responderam que esta não foi ouvida. Limitou-se a apresentar um plano de obras a realizar na Alfândega da Nazaré, aos quinze minutos, para a freguesia de Costa que fez a lei seguinte mil e trinta e de freguesia José Alves de antes e para permitir à fábrica à Camanha burato, a adunicação mas resiste ao e bado o terno a ilha a carregar uma zona como este presidente O Sr. José Zêm que descreve exposição armazém bica ou aqua pa de água de rios de águas árvores tece complexo da água

Q sr. Prof. Fernando pediu a palavra e alertou para a desonestidade da CMU ao apresentar o plano que apresentaram, dando pouco tempo para a elaboração do Plano de Actividades da Freguesia. O sr. Serafim Soares de Almeida perguntou se a Junta poderia responsabilizar a CMU por ter pedido o plano de Obras àqueima roupa? O sr. Manuel Cravo da Rocha referiu-se ao Plano de Actividades dizendo que era um Plano de malas intenções. Disse que tinham que aprovar aquele Plano; e que tinham que apresentar um plano realista, que seja uma contraposta ao plano actual. Deve-se estabelecer um rol de necessidades prioritárias e depois ver o que a CMU poderá fazer. Disse ainda que a repartição dos dinheiros para investimentos deve ser feita proporcionalmente ao último recenseamento eleitoral. O sr. Octávio Lopes Moura apresentou uma proposta referindo-se à criação ~~duma seccão de finanças~~ ^{duma seccão de finanças} na Alfândega da Nazaré, que faz parte integrante desta acta e que aqui se dá por transcrita.

Q sr. Prof. Fernando pediu a palavra para esclarecer como nasceu a notícia em 9º Comércio de Portugal de todo o seu conteúdo. O sr. José Alberto disse que estava de acordo com a proposta. Discordou de alguns termos com que foi feita, transcrevendo-se toda a notícia e acrescentando o modo de elementos possíveis sobre a Alfândega da Nazaré. O sr. Víctor Sarabia dos Margães perguntou se o pedir uma Depautação de Finanças poderia permitir a andamento do processo anterior em que se pede a criação dum bairro fiscal para a Alfândega. O sr. Presidente da Mesa responderam que não, dado a morosidade do primeiro processo. O sr. Marcos Cimino mostrou uma carta do Gabinete Coordenador das Autarquias locais que responde às exposições feitas anteriormente por um grupo de membros da anterior Assembleia de Freguesia e sobre os seguintes assuntos: criação dum bairro fiscal; alteração dos concelhos da Alfândega, deixando de depender de Ilhavo e passando a depender de Aveiro; criação dum párco administrativo. O sr. Marcos Cimino comprometeu-se a apresentar todos os documentos que tem sobre as exposições anteriores. O sr. Serafim pediu ao sr. Presidente para se ausentar da Sala. Festa à votação da proposta anterior, verificaram-se os seguintes resultados: votos a favor - dez, votos contra - zero, abstenções - cinco. O sr. Presidente resolveu suspender a proposta anterior por haver grande confusão de ideias. Se por nada mais haver a tratar, encorajou-se a reunião de que se larrow a presente acta, que vai ser assinada depois de lida em voz alta.

Presidente: Octávio Lopes Moura

1º Secretário: José Damião

2º Secretário: Fernando Dias Vaz